

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 3/2024
PROCESSO LICITATÓRIO: 2802931/2024
PREGÃO ELETRÔNICO: 06/2024
REQUISIÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – RRP: 03/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA – CDTV E A EMPRESA SCORPION TELÕES LTDA.

As partes abaixo identificadas e devidamente representadas ajustam formalizar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, observadas as disposições da legislação vigente, em especial a Lei n.º 13.303/2016, Decreto Municipal n.º 20.934/2023, Regulamento Interno de Licitações e Contratos e com o Edital da Licitação, realizada na modalidade **Pregão Eletrônico n.º 06/2024**, Processo n. **2802931/2024**, bem como o resultado da classificação das propostas apresentadas, já homologado, que constituem partes integrantes deste instrumento independente de transcrição, mediante as cláusulas e condições que se seguem.

De um lado a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA – CDTV, empresa pública municipal, com personalidade jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 31.482.631/0001-18, com sede na Rua Armando Moreira de Oliveira, 230, Goiabeiras - Vitória/ES, neste ato representada **pelo Diretor-Presidente Sr. Marcus Gregório Serrano**, brasileiro, bacharel em sistemas de informação, inscrito no CPF/MF sob o n.º 083.629.997-30, portador da Carteira de Identidade n.º 1.438.986/SSP-ES e **pela Diretora Administrativo-Financeira, Sra. Donatila Lima Nava Martins**, brasileira, economista, inscrita no CPF/MF sob o n.º 017.297.627-86, portadora da Carteira de Identidade n.º 1.021.544/SSP-ES, doravante denominada **CDTIV**.

De outro lado, a empresa SCORPION TELÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.792.158/0001-65, estabelecida na Rua Doutor Alvaro Alvim, n.º 51, bairro Soteco – Vila Velha/ES, CEP: 29.106-160, Telefone: (27) 99991-7385, E-mail: contato@scorpionlocacoes.com.br, **representada por seu Sócio Administrador, Sr.º. Carlos Alexandre Loureiro Jorge**, brasileiro, empresário, CPF: 077.991.487-21 – RG: 1.368.088 SSP/ES, adiante denominada **LICITANTE REGISTRADO**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata de Registro de Preços, doravante denominada Ata, tem por objeto o Registro de Preços visando futuras contratações de **LOCAÇÃO DE BARRACAS, COMPREENDENDO: TRANSPORTE, MONTAGEM, DESMONTAGEM, LIMPEZA E DISPONIBILIZAÇÃO DE PONTO DE ENERGIA/ILUMINAÇÃO E VIGILÂNCIA DAS ESTRUTURAS**, para atendimento das necessidades da Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória durante a vigência da ata, conforme especificações e quantidades detalhadas neste instrumento, no Termo de Referência, bem como na proposta apresentada pelo Licitante Registrado, que compõem a presente Ata.

1.2. O **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** ficará obrigado a atender a todos os pedidos efetuados pela CDTV durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, respeitados os quantitativos registrados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR REGISTRADO

2.1 - O valor global da ATA é de R\$ 520.800,00 (quinhentos e vinte mil e oitocentos reais).

2.2. O valor unitário do item registrado é o que consta na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. MÁXIMA	VLR. UNIT. R\$	VLR. GLOBAL R\$
01	<p>Descrição: barraca 3mx3m com cobertura piramidal cada, confeccionada em estrutura metálica, reforçadas, montadas em um sistema de encaixe, com a lona de cobertura piramidal e laterais confeccionadas em PVC de alta resistência na cor branca, com balcão frontal para atendimento e exposição de produtos, compostas por blackouts solar e sistema antichamas, reforçadas em seus pontos de tensionamento evitando assim desgastes e rupturas. Cada barraca deverá conter uma tomada de 20A e um bocal de iluminação soquete E-27 (27mm) do tipo rosca.</p> <p>A CONTRATADA também deverá instalar e desinstalar ponto de energia/iluminação em cada barraca além da responsabilidade pela vigilância das mesmas quando alocadas em logradouros públicos.</p> <p>ENERGIA: Disponibilização de tomada 20A 127/220V (bivolt)</p> <p>ILUMINAÇÃO: Disponibilização de bocais de iluminação soquete E-27 (27mm) do tipo rosca.</p>	Diária	2.000	260,40	520.800,00

2.3. O(s) preço(s) registrado(s) corresponde(m) ao valor por item e total constante da proposta de preço apresentada no **Pregão Eletrônico n.º 06/2024**, que faz parte integrante deste instrumento, independentemente

de transcrição.

2.4. O preço do item é fixo e irrevogável pelo período de 01 (um) ano, inclusos todos os custos e despesas de transporte, montagem, desmontagem, seguros, vigilância das estruturas, impostos e taxas de qualquer natureza sendo, porém, facultado a revisão do mesmo desde que verificada e comprovada alterações no mercado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

3.1 - O prazo de vigência da ata será de 01 (um) ano, a contar da data de publicação do resumo da ata, podendo ser prorrogada por igual período, desde que seja comprovado que o preço continua vantajoso, conforme dispõe o artigo 133, do Decreto Municipal nº 20.934/2022.

3.2 - Esta Ata não obriga a CDTIV a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para a contratação do objeto deste Registro de Preços, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que será assegurada preferência de contratação, em igualdade de condições, ao Licitante Registrado.

3.2.1. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo Licitante Registrado, quando o preço decorrente de procedimento de licitação específico for igual ou superior ao registrado.

3.3 - Esta Ata implicará compromisso de execução dos serviços nas condições nela estabelecidas, sob pena de cancelamento do registro e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA QUARTA – DA CONTRATAÇÃO E DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

4.1. A licitante vencedora será convocada pela Administração por email para o recebimento da Ordem de Serviço, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação. Se esta não aceitar ou não retirar o instrumento de contratação no prazo estabelecido, a Administração poderá convocar, na ordem de classificação, as licitantes remanescentes, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação, independentemente das sanções administrativas previstas neste edital.

4.1.1. O prazo previsto no item acima poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pelo Licitante registrado convocado, durante o respectivo transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CDTIV.

4.1.2. Se o Licitante registrado, uma vez convocado, não apresentar situação habilitatória regular, não receber a Ordem de Serviço ou não atender qualquer das exigências previstas no edital no prazo fixado para tanto, poderá ter seu registro cancelado. Nestes casos, o próximo colocado no Cadastro de Reserva será convocado a assinar a Ata de Registro de Preços e, em seguida, a Ordem de Serviço, desde que atendido os requisitos do edital.

4.2 - O gerenciamento da Ata de Registro de Preços será de responsabilidade da **Gerência de Turismo**, que exercerá suas atribuições por intermédio de servidor designado em ato interno de credenciamento de gestor/fiscal.

4.3 - A fiscalização da Ata de Registro de Preços e/ou Contratação não exclui a responsabilidade da empresa, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CDTIV ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO DA ATA

5.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo a CDTIV promover as negociações junto aos fornecedores.

5.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a CDTIV convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.3. Os fornecedores que não aceitam reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados.

5.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a CDTIV poderá:

I. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

II. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

III – Promover o reequilíbrio econômico-financeiro sobre o valor do compromissário fornecedor, desde que comprovada a vantagem.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, a CDTIV deverá proceder ao cancelamento do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SEXTA: DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 - Comprovada a necessidade de contratação, o LICITANTE REGISTRADO deverá ser previamente consultado, através de Ofício ou outro meio de comunicação eficaz, acerca da possibilidade de execução dos serviços, devendo o mesmo se manifestar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

6.1.2 - Não ocorrendo manifestação do LICITANTE REGISTRADO, presumir-se-ão aceitas as condições e compromisso de execução dos serviços, devendo ser emitido a respectiva ORDEM DE SERVIÇO, sendo que, o descumprimento acarretará na aplicação das sanções previstas neste instrumento.

6.2 - Os serviços serão executados nos locais onde ocorrerão os eventos programados no Município de Vitória, de acordo com os eventos informados a seguir (estimados):

CRONOGRAMA DE EVENTOS			
EVENTO	PERÍODO	QUANT. POR EVENTO	QUANT. TOTAL
FESTIVAL DA CASQUINHA DE SIRI	Novembro/2024	40	120
CARNAVAL DE VITÓRIA	Fevereiro/2025	40	120
PALMITEIROS	Abril/2025	40	120
FESTIVAL DA TORTA CAPIXABA	Abril/2025	40	120

FESTIVIDADES JUNINAS	Junho/2025	10	200
DEMAIS EVENTOS REALIZADOS EM BAIROS DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA	Durante a vigência da ATA	-	1.320
TOTAL			2.000 diárias

- **Festival Casquinha de Siri**, ocorrerá entre a Rua Felicidade Corrêa dos Santos e Av. Beira Mar, na Ilha das Caieiras.
- **Carnaval**, ocorrerá na Av. Dário Lourenço de Souza (próximo ao Sambão do Povo), no bairro Mário Cypreste
- **Palmiteiros (venda de palmitos na semana santa)**, ocorrerá na Av. Dário Lourenço de Souza (próximo ao Sambão do Povo), no bairro Mário Cypreste.
- **Festival da Torta Capixaba:** Ocorrerá entre a Rua Felicidade Corrêa dos Santos e Av. Beira Mar, na Ilha das Caieiras.
- **Demais eventos realizados em bairros do município de Vitória**, contemplando outros eventos que podem ser realizados durante a vigência da ATA.

6.2.1 - Os horários, datas, quantitativos, locais de realização e eventos previstos poderão sofrer alterações que serão previamente informadas a contratada.

6.3 - Serão firmados quantas Ordens de Serviço forem necessários durante a vigência da Ata de Registro de Preços, sendo respeitado o prazo de vigência da Ata.

6.4 - O prazo de vigência das contratações será estabelecido pela CDTIV a contar da data de assinatura e do recebimento da Ordem de Serviço (OS).

6.5 - A CONTRATADA deverá transportar, montar, desmontar, instalar pontos de energia, iluminação e vigilância nas barracas nos eventos, conforme quantidade solicitada pela CDTIV para cada evento.

6.6 - A CONTRATADA é responsável pela limpeza geral das lonas e peças das barracas.

6.7 - A CONTRATADA deverá instalar e desinstalar 1 (um) ponto de energia e 1 (um) ponto de iluminação em cada barraca.

6.8 - A estrutura deverá estar devidamente montada em até 04 (quatro) horas antes da realização dos eventos.

6.9 - A solicitação de cada serviço será feita por meio eletrônico, com o prazo mínimo de antecedência de até 03 (três) dias úteis da data de realização do evento, sendo informado: nome do evento, data, local de realização, horário de entrega e responsável com número de telefone.

6.10 - Os eventos serão realizados em espaços públicos na cidade de Vitória no período de vigência da Ata de Registro de Preços e respectivos contratos.

6.11 - A execução dos serviços somente poderá iniciar-se após o recebimento da ordem de serviço ou e-mail da CDTIV autorizando.

6.12 - É de total responsabilidade da CONTRATADA o armazenamento, transporte, montagem, desmontagem, instalação dos pontos de energia, iluminação e limpeza geral das barracas e vigilância das mesmas quando alojadas em logradouros públicos.

6.13 - A CONTRATADA terá até 24 horas no máximo para retirada das barracas após o término do evento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 - As despesas para suportar as eventuais (is) contratações dos serviços com preços registrados nesta Ata de Registro de Preços correrão à conta da dotação orçamentária e fonte de recursos vigentes e devidamente consignados na ocasião da efetiva necessidade do fornecimento e instrução do processo respectivo.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1 - Caso ocorra a execução dos serviços, o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is) devidamente atestada(s) pela CDTIV, via depósito na conta-corrente indicada pela contratada.

8.2 - Na emissão da(s) Nota(s) Fiscal, o Licitante registrado deverá descrever os serviços, bem como o número do Processo e da ordem de serviço.

8.3 - A(S) NOTA(S) FISCAL(IS) DEVERÁ(ÃO) SER EMITIDA(S) COM A RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO COMPLETO DA CDTIV, CONSTANTE NA ORDEM DE SERVIÇO.

8.4 - Ocorrendo erro na Nota Fiscal apresentada, esta será devolvida ao Licitante registrado para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação destas, devidamente corrigidas, ou de nova(s) Nota(s) Fiscal(is), que substituirá(ão) aquela(s).

8.5 - A CDTIV poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pelo Licitante registrado em decorrência de inadimplemento desta ata.

8.6 - Os pagamentos poderão ser suspensos pela CDTIV nos seguintes casos:

- a) Não cumprimento das obrigações assumidas que possam, de alguma forma, prejudicar a CONTRATANTE;
- b) Inadimplência de obrigações assumidas pela **CONTRATADA** para com a CDTIV, por conta do estabelecido neste Termo;
- c) Erros ou vícios na Nota Fiscal;
- d) Não executar os serviços nas condições estabelecidas.

8.7 - Os pagamentos serão efetuados conforme disposto no item 8.1 desta Cláusula, e ficam condicionados à apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade com a Fazenda Pública do Município de Vitória, com validade no período da contratação;
- b) Prova de regularidade com a Seguridade Social (CND do INSS), através de certidão conjunta expedida pela Receita Federal para os Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, em cumprimento ao art. 195, parágrafo 3º da Constituição Federal.
- c) Certidão de Regularidade de Situação – CRS, perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS,

com validade no período da contratação;

8.8 - Com vistas a agilizar o procedimento, necessário se faz que a(s) Nota(s) Fiscal(is) tragam consignadas o nº do processo que originou a contratação, nº da OS e dados bancários, com indicação do banco, agência e conta.

8.9 - A CDTV não poderá antecipar pagamentos sem a contraprestação do serviço.

8.10 - A CDTV poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pelo Licitante registrado em decorrência de inadimplemento da execução dos serviços decorrente desta Ata.

8.11 - É expressamente vedado ao Licitante registrado a cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1 Além de outras obrigações estabelecidas nesta Ata, no TR, em seus Anexos ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 13.303/2016, ou que entrem em vigor, constituem obrigações **do Licitante registrado**:

1. Indicar seus dados de endereço, telefone e e-mail, mantendo-os atualizados junto à CDTV durante toda a vigência desta Ata;
2. Assinar ou receber os instrumentos contratuais decorrentes desta Ata no prazo de até 05 (cinco) dias úteis;
3. Manter durante a vigência desta Ata todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, comprovando-as sempre que solicitado pela CDTV;
4. Comunicar a imposição de qualquer penalidade que o impeça de contratar com a CDTV, bem como a eventual perda dos pressupostos para a licitação;
5. Assegurar que a cada solicitação da CDTV para execução dos serviços haja disponibilidade do quantitativo total necessário para atender à demanda da contratação;
6. Demais obrigações previstas no Termo de Referência.
7. Proceder vistoria no local onde será realizado o evento, com antecedência e comunicar ao responsável pelo evento qualquer fato que possa prejudicar à execução do serviço;
8. Executar os serviços, estritamente de acordo com as especificações descritas neste instrumento e no Termo de Referência, bem como nos prazos e quantitativos estabelecidos pela unidade requisitante;
9. Responsabilizar-se por todas as despesas com materiais, equipamentos, utensílios e os encargos e obrigações de natureza social, trabalhista, previdenciária, comerciais, tributária, securitária ou de outra natureza, mesmo que não expressamente mencionadas, devidas em decorrência, direta ou indireta, da execução deste contrato.
10. Notificar à Administração/Fiscal da Contratação, imediatamente e por escrito, de quaisquer irregularidades que venham ocorrer em função da execução dos serviços;
11. Fornecer todos os EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) adequados a cada função para todos os profissionais alocados nos serviços;
12. Responsabilizar-se por quaisquer danos e/ou prejuízos pessoais e/ou materiais causados a terceiros e/ou à Administração, decorrentes de sua culpa e/ou dolo, até mesmo os decorrentes de atos praticados por seus empregados e/ou prepostos;
13. Garantir à CONTRATANTE todas as condições necessárias para o controle, acompanhamento e fiscalização da execução do serviço;
14. Responsabilizar-se pela guarda e segurança das estruturas;
15. Não subcontratar a execução do objeto;

9.2 - Constituem obrigações da CDTV, além de outras obrigações estipuladas nesta Ata, nos seus anexos, em lei, particularmente na Lei nº 13.303/2016:

I. Comunicar o Licitante registrado sobre a necessidade da contratação, convocando-o a apresentar a documentação de contratação e executar o objeto demandado;

II. Designar Gestor/fiscal desta Ata, a quem caberá o acompanhamento e o controle desta Ata, bem como o recebimento, processamento e avaliação de eventual solicitação de adesão;

III. comunicar ao Licitante registrado e ao(s) Licitante(s) eventualmente cadastrado(s), por escrito:

a) Quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a esta Ata;

b) Abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares do Licitante, concedendo-lhe prazo para defesa; e

c) Aplicação de eventual penalidade, nos termos desta Ata.

IV. Instruir e gerenciar as solicitações de adesão consultando o fornecedor quanto ao interesse.

V. Consultar o Licitante registrado antes da emissão do respectivo Empenho e Ordem de Serviço quanto à disponibilidade das barracas a serem montadas.

VI. Autorizar a prorrogação do prazo de montagem das barracas.

VII. A solicitação de cada serviço será feita por meio eletrônico, com o prazo mínimo de antecedência de até 03 (três) dias úteis da data de realização do evento, sendo informado: nome do evento, data, local de realização, horário de entrega e responsável com número de telefone.

VIII. Efetuar os pagamentos devidos;

IX. Demais obrigações previstas no Termo de Referência.

9.3 - Constituem obrigações do gestor/fiscal desta Ata:

I. Providenciar a abertura de processo de contratação ao verificar a necessidade, sempre com prévia antecedência à sua utilização, visando a não paralisação dos serviços prestados pela CDTV.

II - Proceder consulta da regularidade fiscal e previdenciária do Licitante registrado.

III - Verificar a existência de recursos financeiros para custear a aquisição.

IV - Providenciar as inspeções dos serviços, com vistas ao cumprimento dos prazos pelo Licitante registrado.

V - Atestar e receber os serviços efetivamente executados de acordo com as cláusulas constantes da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato do qual este faz parte integrante.

VI - Autorizar a prorrogação de prazo execução dos serviços quando solicitado pelo Licitante registrado e devidamente justificado.

VII - Notificar o fornecedor quando da verificação de ocorrências, erros, falhas, atrasos, concedendo prazo para correção das pendências.

VIII - Proceder à abertura de processo solicitando a aplicação de penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA – ADESÃO À ATA

10.1 - Esta Ata poderá, durante sua vigência, ser utilizada nos termos do parágrafo primeiro do artigo 66 da Lei 13.303/2016, por qualquer entidade estatal (empresa pública ou sociedade de economia mista) que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência da CDTIV e nas seguintes condições:

- a) A aderente será empresa pública ou sociedade de economia mista de qualquer esfera, que não participou dos procedimentos iniciais de RP, não integrando a presente Ata, mas que poderá utilizá-la mediante adesão, após autorização da CDTIV.
- b) O interessado em aderir à Ata deverá, durante sua vigência, encaminhar ao gestor da Ata, por e-mail ou carta, uma solicitação de adesão;
- c) Recebida a referida manifestação, o Gestor da Ata avaliará a possibilidade de adesão, inclusive consultando o Licitante Registrado sobre sua capacidade e interesse na aceitação da contratação adicional.
- d) Aceita a contratação adicional pelo Licitante Registrado sem prejuízo das obrigações assumidas com a CDTIV, o Gestor da Ata decidirá, fundamentadamente, sobre a adesão, informando à entidade solicitante a decisão e encaminhará cópia da ata de registro de preço assinada e seus anexos.
- e) Após a autorização do órgão gerenciador e aceite por parte do Licitante Registrado, as aquisições ou contratações adicionais para os órgãos não participantes deverão ser realizadas de forma imediata na sua integralidade.
- f) A adesão não poderá exceder, por entidade solicitante, a 100% do quantitativo previsto no Anexo I (Termo de Referência) do edital e desta Ata.
- g) As adesões não poderão exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo previsto no Anexo I (termo de Referência) do edital, independentemente da quantidade de entidades solicitantes.
- h) As aquisições ou contratações adicionais ocorrerão apenas uma vez por estatal que não tenha participado do procedimento licitatório e não poderá ultrapassar os cem por cento previstos acima.
- i) Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo Licitante Registrado das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências à CDTIV.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1 - Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, poder ser aplicada à **CONTRATADA** as seguintes penalidades, previstas nos arts. 82 a 84 da Lei nº. 13.303/2016:

11.2 - Advertência, por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais a Contratada haja concorrido;

11.3 - Multas – nos seguintes casos e percentuais:

- a) Multa de Mora:** Por atraso injustificado na execução dos serviços contemplados na Ordem de Serviço e do prazo previsto para montagem constante no item 6.8 em até 01 (uma) hora: 3% (três por cento) sobre o valor da contratação;
- b) Multa de Mora:** Por atraso injustificado na execução dos serviços contemplados na Ordem de Serviço e do prazo previsto para montagem constante no item 6.8 acima de 01 (uma) hora: 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Multa de Mora:** Por atraso injustificado na execução dos serviços de desmontagem previsto no item 6.13 em até 01 (uma) hora: 3% (três por cento) sobre o valor da contratação;
- d) Multa de Mora:** Por atraso injustificado na execução dos serviços de desmontagem previsto no item 6.13 acima de 01 (uma) hora: 5% (três por cento) sobre o valor da contratação;
- e) Multa Compensatória:** Por recusa injustificada do adjudicatário em aceitar, receber ou retirar a Ordem de Serviço, em até de 05 (cinco) dias úteis contados da data de convocação: 15% (quinze por cento) sobre o valor global do contrato;
- f) Multa Compensatória:** Por inexecução total ou parcial injustificada do contrato: 20%(vinte por cento) sobre o valor total do mesmo ou sobre a parcela não executada, respectivamente;

11.4 - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a CDTIV, pelo prazo não superior a 02 (dois) anos;

11.5 - Atingindo o limite de 10% (dez por cento) do valor global da Ata, a CDTIV poderá promover a rescisão total da mesma.

11.6 - As sanções previstas nos itens 11.2 e 11.4 poderão ser aplicadas juntamente com o item 11.3, devendo ser apresentada a defesa prévia da CONTRATADA no prazo de 10 (dez) dias úteis;

11.7 - A sanção prevista no item 11.4, também poderá ser aplicada em razão das seguintes situações:

- a)** Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b)** Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- c)** Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a CDTIV em virtude de atos ilícitos praticados;

11.8 - A CONTRATADA, no caso de não ser possível o cumprimento dos prazos estipulados, deverá apresentar justificativa por escrito, antes de seu vencimento, ficando a critério da CDTIV a sua aceitação nas hipóteses de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

11.9 - Comprovado o impedimento ou reconhecida à força maior, devidamente justificados e aceitos pela CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

11.10 - Antes de liquidada ou relevada qualquer multa, nenhum pagamento será feito à CONTRATADA.

11.11 - As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo da **CONTRATANTE** e, não afastam a aplicação das sanções previstas na Lei Federal n. 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) c/c Decreto Municipal n. 16.522/2015.

11.12 - As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

- a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a **CONTRATADA** será notificada, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia que será de 10 (dez) dias úteis a contar da ciência da notificação/intimação,
- b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, por e-mail, ou por edital no caso de não localização do Licitante Registrado, indicando, no mínimo: a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entregadas razões de defesa;
- c) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso da **CONTRATADA**;
- d) É facultado à **CONTRATADA** interpor recurso, dirigido ao Diretor-Presidente da CDTIV, contra a aplicação das penas de advertência, suspensão ou de multa, por decisão da Diretora Administrativo-Financeira, no prazo de 05 dias úteis, a contar da ciência da notificação/intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

12.1 - O Licitante registrado terá seu **registro cancelado** pela CDTIV, quando:

- a) Não cumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) Não assinar ou não receber a Ordem de Serviço no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Sofrer sanção prevista no inciso III do art. 83 da Lei n. 13.303/2016, ou ainda, caracterizado ato lesivo à Administração Pública nos termos da Lei n. 12.846/2013, cometido pelo Licitante registrado, estiverem presentes razões de interesse público.

12.2 - O cancelamento de registros será formalizado por decisão da autoridade competente da CDTIV, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.3 - Por razão de interesse público;

12.4 - O Licitante registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior, que venha a prejudicar o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados e aceitos pela CDTIV.

12.5 - A pedido do fornecedor, desde que ocorra antes da consulta de disponibilidade por parte da CDTIV.

12.6 - A ata será cancelada automaticamente por decurso do prazo de vigência; pela total execução de seu objeto; quando não restarem fornecedores registrados ou quando ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, desde que devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - Esta Ata e as Ordens de Serviços dela decorrentes representam todo o acordo entre as partes com relação ao objeto neles previstos.

13.2 - Integram a presente Ata: O Edital do **Pregão Eletrônico nº 06/2024**, Termo de Referência, Proposta Comercial e demais anexos, como se nele estivessem transcritos, estando os mesmos vinculados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 - É competente o foro de uma das Varas da Fazenda Pública Estadual, Municipal, Registros Públicos, Meio Ambiente e Saúde de Vitória/ES, para a solução de eventuais litígios decorrentes desta ata, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2 - E assim, por estarem justos e acordados, Contratante e Contratada, assinam com a utilização de assinatura digital qualificada somente 01 (uma) via, e para que surta um só efeito, a data do termo deverá ser considerada a data da última assinatura.


Vitória, novembro de 2024.

MARCUS GREGORIO
SERRANO:08362999730
Assinado de forma digital por
MARCUS GREGORIO
SERRANO:08362999730
Dados: 2024.11.25 13:25:12 -03'00'

MARCUS GREGÓRIO SERRANO
DIRETOR-PRESIDENTE
CDTIV

DONATILA LIMA NAVA
MARTINS:0172976278
6
Assinado de forma digital por
DONATILA LIMA NAVA
MARTINS:01729762786
Dados: 2024.11.22 13:33:03 -03'00'

DONATILA LIMA NAVA MARTINS
DIRETORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA
CDTIV

Documento assinado digitalmente
 **CARLOS ALEXANDRE LOUREIRO JORGE**
Data: 22/11/2024 10:13:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CARLOS ALEXANDRE LOUREIRO JORGE
SÓCIO ADMINISTRADOR
SCORPION TELÕES LTDA
LICITANTE REGISTRADO